

# Bancada mineira repele acordo Sarney/Cardoso

A maioria dos 35 deputados federais do PMDB de Minas começou a articular ontem uma reação contra o governador Newton Cardoso pelo fato dele haver-se comprometido com o presidente Sarney a defender um mandato de cinco anos, em nome dos peemedebistas mineiros, sem antes ouvir os representantes do partido na Constituinte. Essa rebeldia seria também em parte explicada pelo fato de Newton Cardoso haver indicado para ocupar o Ministério da Indústria e Comércio o deputado José Geraldo Ribeiro, ex-secretário especial do governo Hélio Garcia.

Tanto o compromisso com o mandato de cinco anos quanto a indicação de José Geraldo ocorreram domingo último, durante o encontro que o governador manteve com o presidente da República, na sua fazenda, fato que foi cercado de grande sigilo. A nomeação do novo

ministro poderia ocorrer ainda esta semana.

As manifestações de inconformismo explodiram à noite passada, durante a reunião da bancada do PMDB na Constituinte, envolvendo, entre outros, os deputados Aécio Neves, Leopoldo Bessone, Ziza Valadres, Roberto Brandt, Carlos Cotta e Marcos Lima, um dos coordenadores do grupo "Centro Democrático", constituído, entre outros objetivos, para dar apoio ao presidente Sarney.

Preocupado com o estado de espírito dos seus correligionários, o secretário-geral do PMDB, Milton Reis, pediu ao líder do governo que ouvisse o grupo num canto da reunião. Santana atendeu ao pedido e ouviu o desabafo dos mineiros. Cotta, Aécio e Ziza, principalmente, foram enérgicos em afirmar que não aceitam que suas posições pessoais sejam leiloadas

(expressão de Cotta) e que Newton Cardoso fale pela bancada antes de consultá-la. Cotta assegurou que pelo menos 28 deputados mineiros pensam como ele, mas ressaltou que pessoalmente não tem nenhuma resistência à indicação de José Geraldo para o MIC.

Milton Reis explicou a seus correligionários ter dito ontem ao presidente Sarney que votaria a favor dos 5 anos porque essa é a sua real posição e não para seguir Newton Cardoso.

Uma das manifestações de inconformismo citadas pelos deputados de Minas foi o resultado da votação de ontem na reunião da bancada do PMDB. Dos 23 deputados mineiros que compareceram à reunião, 13 votaram contra a moção do deputado Cid Carvalho (MA) que pretendia transferir para a Convenção peemedebista a decisão em torno do mandato do presidente Sarney.



## Aluizio explica preferência por parlamentarismo

A defesa da implantação do parlamentarismo no Brasil, na medida em que as experiências presidencialistas resultaram em crises que desembocaram em soluções militares, foi o principal enfoque do discurso do ministro Aluizio Alves, ao abrir ontem o Seminário Internacional sobre Parlamentarismo e Presidencialismo, promovido pela Secretaria Especial de Administração da Presidência da República, no auditório Petrônio Portella, do Senado.

No primeiro dia do encontro, os debates ficaram em torno das experiências parlamentaristas francesas e espanholas, expostas por cientistas políticos destes países.

O ministro Aluizio Alves explicou que o seminário servirá como base a mudanças na administração pública, de forma a prepará-la para a possível instalação do parlamentarismo. Aluizio quer implantar um quadro de carreira no setor público para evitar a barganha de cargos a cada troca de poder, como hoje ocorre. Lembrou Aluizio em todo o seu discurso, que a constituinte é a principal forma de mudanças no regime atualmente de transição.

Jean-Luc Parodi, secretário-geral da Associação Francesa de Ciência Política, levou ao seminário o que classificou de regras fundamentais para instalação do parlamentarismo em seu país. Segundo ele, o sistema eleitoral binário promove maior força e credibilidade ao escolhido pelo sufrágio universal, e a figura do primeiro-ministro, eleito pela maioria do Congresso e cujos poderes superam aos do presidente, leva a duas fontes de segurança; executivo e legislativo.

## Hugo Napoleão apóia o presidencialismo

Teresina — O senador Hugo Napoleão (PFL-PT) apresentou proposta à Assembleia Nacional Constituinte sustentando a República, a Federação e o Sistema Presidencialista de Governo. Ele afirma em sua justificativa que a tradição constitucional brasileira consagrou o presidencialismo durante quase todo o período republicano.

"Exceção se faça ao período compreendido entre 7 de setembro de 1961 a 6 de janeiro de 1963, quando, em decorrência da emenda número 04 à Constituição de 1946, o país esteve sob o regime parlamentar" afirmou o senador Hugo Napoleão.

E completou: "E bem verdade que os três primeiros ministros de então eram homens conceituados e respeitáveis. Mesmo assim, governaram por muito pouco tempo e não evitaram sucessivas crises de ordem política". O senador piuiense relaciona Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima, que foram sucessivamente Primeiros-Ministros durante alguns meses de 1961 a 1963.

Toda tese de Hugo Napoleão é fundamentada com dados e passagens históricas e ao longo de sua proposta contesta o regime parlamentarista pela sua instabilidade, com a troca constante de Chefes de Governo. O senador sustenta que o parlamentarismo não resolverá os problemas brasileiros.

## Decreto-lei é analisado por parlamentares

A Subcomissão do Poder Legislativo, que integra a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo apreciará pelo menos duas emendas, relativas ao instituto do decreto-lei como forma legislativa.

A primeira é do Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), e admite que o Presidente da República possa expedir, "em caso de extrema necessidade e urgência", desde que não verse sobre assuntos de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de cada uma das casas, bem como sobre assunto relativo às relações entre os poderes do estado, ao regime federativo, à organização dos juízes e tribunais, aos direitos e garantias individuais e coletivas, à nacionalidade, à cidadania, direito eleitoral, sistema monetário e estatuto da magistratura e do ministério público.

A segunda emenda é do senador Luiz Viana Filho (PMDB-BA), que propõe a expedição de decretos-lei pelo Presidente da República em casos de urgência ou interesse público relevante, desde que não haja aumento de despesa, sobre matérias relativas à segurança nacional ou finanças públicas, inclusive normas tributárias.

A exemplo da emenda de Vivaldo Barbosa, a de Luiz Viana Filho prevê que seja o decreto-lei submetido ao Congresso Nacional só que pelo prazo de trinta dias, sem prejuízo da validade dos atos praticados durante a vigência — que será imediata — contada a partir da publicação do texto.

## Presidente responde a F. Collor

A Presidência da República resolveu responder as acusações que vem recebendo do governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, de que estaria havendo uma pré-disposição contra aquele governador e que isso levaria Alagoas a decretar um "Estado de Guerra" para poder manter-se sem as verbas federais. O secretário Frota Neto, interpretou o pensamento do presidente, disse que da posse de Collor, até hoje, aquele Estado foi o que mais apoio recebeu do governo federal, tanto em verbas, como em condições de trabalho.

Disse Frota que o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, por intermediação do Planalto, já realizaram empréstimos de 400 milhões de cruzados, para possibilitar o cumprimento das obrigações financeiras de Alagoas e que se o Estado está em dia com suas finanças, deve a esse apoio. "Até mesmo o chamado Plano de Reforma Agrária com as terras das usinas, em troca dos débitos para com o Estado, Fernando Collor só está conseguindo levar em frente com o apoio do Ministério da Reforma Agrária, afirmou Frota. O porta-voz disse também que o presidente adiou com o governador a audiência, diante das declarações de Collor que se disse surpreso com a audiência marcada. "Como ele estava surpreso, a presidência entendeu que ele não havia mercado", disse Frota.

**Posicionamento**  
A executiva do PMDB de Alagoas, em reunião extraordinária, ontem, decidiu que vai exigir um posicionamento da executiva nacional do partido sobre o episódio Sarney/Collor. O primeiro vice-presidente da executiva alagoana, Renan Calheiros, garantiu que o governador não vai mais pedir audiência ao presidente Sarney, enquanto não houver um desagravo do próprio Sarney.

Também em Alagoas, o ex-governador e senador Divaldo Suruagy anunciou, ontem, que o PFL vai defender, na Justiça, os 1 mil e 500 funcionários públicos demitidos sem justa causa.



Progressistas e conservadores travam verdadeiro duelo



## Debates sobre a reforma agrária não têm vencedor

Dois movimentadas sessões de discussão — na noite de segunda-feira e na manhã de ontem — concluíram a etapa de debates na Subcomissão de Reforma Agrária da Assembleia Constituinte, deixando a impressão de um virtual empate entre os parlamentares progressistas, que desejam aprovar na sexta-feira o anteprojeto do relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), e os conservadores, que planejam apresentar um substitutivo no dia de votação.

Por trás da discordância estão quatro pontos fundamentais contidos no anteprojeto: a adoção do conceito de "obrigação social" da propriedade; a fixação do teto de 100 módulos rurais regionais — até 12 mil hectares, na Amazônia Legal — para um terreno, sob pena de desapropriação; a posse imediata da terra desapropriada pelo Estado, sem pendências judiciais; e a indenização, inclusive de benfeitorias, por títulos da dívida agrária.

Se todas essas propostas forem aprovadas, ficará muito mais fácil implantar a reforma agrária no país. Sabendo disto, representantes dos trabalhadores rurais e dos grandes proprietários instalaram temporariamente seu conflito pela posse da terra na acanhada sala da subcomissão. Camponeses ligados à Contag, na parte esquerda da platéia, e em-

presários da UDR e trabalhadores especialmente recrutados, na parte direita, presenciaram debates onde muitas vezes faltou o decoro parlamentar.

**Delírio**  
O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) foi o guerrilheiro dos conservadores: interrompeu discursos sem pedir permissão, ironizou dados apresentados por parlamentares progressistas e levou ao delírio os espectadores levados pela UDR ao apartear o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) para afirmar que era contra terras improdutivas em mãos de quem estivessem, "mesmo que de comunistas".

Arantes foi o mais ativo entre os progressistas. Ele afirmou, com base em dados do IBGE, que as propriedades pequenas e médias são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos. Procurou, dessa maneira, rebater o argumento dos parlamentares contrários ao anteprojeto, segundo os quais não importa o tamanho da propriedade, desde que ela seja produtiva. "Ninguém do outro lado contestou a minha tese de que os pequenos são os grandes produtores", implicou Arantes, sem ouvir resposta.

Concluído o debate, o duelo verbal será agora substituído pelas táticas eleitorais.

## Cobertura difícil

Nélio Rodrigues



Os jornalistas que fazem a cobertura das atividades do Palácio do Planalto continuam impossibilitados de executarem suas tarefas, pois, depois da proibição de acesso ao terceiro andar, os acertos entre o Comitê e a Presidência da República não foram ainda concretizados. Assim, nem saiu a sala para que os jornalistas tivessem um local nas proximidades do

gabinete do presidente, nem foi marcada a cabine mensal prometida por Sarney. Com a ausência da sala, ficam de fora as condições para trabalho dos repórteres fotográficos e cinematográficos. Sem acesso, os jornalistas têm de ficar no "hall" de entrada do Planalto, sem qualquer conforto, na expectativa de conseguir falar com as pessoas que entram por ali. A cena lembra os tempos do governo Figueiredo.